

[CONTRIBUIÇÕES DO D³E PARA O NOVO PNE: DIALOGANDO COM OS SEMINÁRIOS DA FPME]

Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e) - Somos uma associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo de aprimorar o debate educacional brasileiro a partir de evidências e qualificar o uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas educacionais efetivas, que promovam uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

INTRODUÇÃO

Entre maio e junho de 2024 está sendo realizada em Brasília uma série de cinco seminários sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), promovidos pela Frente Parlamentar Mista da Educação - Coordenação do Plano Nacional de Educação, com o dep. Pedro Uczai (PT-SC). Esses eventos têm como objetivo discutir e aprofundar as temáticas relacionadas às metas estabelecidas no PNE, proporcionando um espaço para reflexão, debate e construção de estratégias para a efetivação das políticas educacionais no país.

Essa série de seminários visa colaborar para o debate sobre o novo plano nacional de educação a ser aprovado esse ano. O PL do novo PNE será entregue pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional. A expectativa é que o projeto de lei seja amplamente discutido no Parlamento, com a participação de toda a sociedade civil e da comunidade acadêmica.

Preparamos este documento que organiza materiais produzidos pelo D³e, com evidências robustas, sistematizadas a partir de pesquisas, trabalhos científicos e acadêmicos da mais alta qualidade, apresentadas nos formatos de Relatórios de Política Educacional (RPE), Sínteses de Evidências (SE) e Notas Técnicas (NT). Todos os nossos materiais apresentam linguagem acessível e recomendações que podem apoiar o aprimoramento das políticas educacionais brasileiras relativas a temas abordados na Conae.

Para acessar os materiais originais completos e conhecer com mais detalhes as evidências sistematizadas basta abrir os links disponíveis ao longo deste documento. Ficamos à disposição para dialogar e aprofundar aspectos que possam vir a interessar aos leitores.

PNE METAS 1, 2, 3 E 4: "UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O NOVO PNE"

Contribuição D³e:

- A [Nota Técnica 'Planejamento de sistema educacional a longo prazo: experiências internacionais e diálogos com o Brasil'](#) sistematiza o [conteúdo do Webinar](#) com a participação de pesquisadores que apresentaram **como é feito o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos sistemas educacionais em Moçambique, México, Argentina, Uruguai e Portugal**. O estudo, disponível em 27 de janeiro em nosso site, apresenta os seguintes destaques:
 - O PNE será mais efetivo se for um **plano de estado**, perene ao longo do tempo, e não de governo, suscetível aos ciclos eleitorais, estabelecendo estratégias que orientem a estruturação do Sistema Nacional de Educação, assim como demais políticas públicas de educação.
 - Desenvolver e aplicar um sistema de **coleta e monitoramento de dados**. Maior investimento nas dinâmicas de diagnóstico e sistemas de coleta de dados é algo crucial para todos os países participantes do webinar.
 - **Equidade** deve ser um ponto fundamental e, no caso brasileiro, precisa de mais ações concretas de enfrentamento às desigualdades.
- [Síntese de Evidências Permanência de estudantes no ensino fundamental – Evidências para a orientação de políticas de promoção de equidade](#)
 - As evidências apontam que há duas vertentes associadas ao tema das estratégias de busca pela permanência escolar de nossos estudantes: uma mais sistêmica e abrangente, ligada ao desenvolvimento e/ou reformulação de políticas públicas no âmbito da **gestão dos sistemas educacionais**, e outra relacionada a **práticas das equipes das escolas**, como ações internas de acolhimento de articulação com as famílias e com a rede de proteção.
 - As recomendações sugeridas pelos pesquisadores são proposições que podem ser inseridas no **programa Brasil na Escola**, que tem como objetivo inovar estratégias de permanência e aprendizagem de estudantes dos anos finais do ensino fundamental, visando a execução das metas 2 e 7 do PNE 2014-2024, com apoio técnico e financeiro para as escolas, valorização de boas práticas e inovação.
- [Síntese de Evidências Incentivos financeiros a estudantes do ensino médio: o que sabemos sobre essa política?](#)
 - A efetividade das políticas de incentivos financeiros pode apresentar impactos positivos para aumento da permanência dos estudantes no Ensino

Médio, conclusão da etapa e entrada no ensino superior. As evidências mostram que em países desenvolvidos há efeitos benéficos em importantes dimensões educacionais, enquanto em países em desenvolvimento os resultados são ambíguos e dependem das especificidades dos programas.

- As **principais recomendações** estabelecidas para aumentar a chance de efetividade das políticas de incentivos financeiros na conclusão do Ensino Médio, são: **ser complementar a outras ações** que buscam a promoção da melhoria da escolaridade - fluxo, abandono, conclusão e acesso ao ensino superior; **apresentar metas claras** sobre quais indicadores pretende impactar e definir o público elegível; **ter um desenho adequado ao contexto brasileiro**, combinando recompensas de curto prazo (anual) e longo prazo (após a conclusão do Ensino Médio); apresentar um **sistema de avaliação rigoroso** sobre a implementação e os resultados alcançados; e considerar o contexto educacional, social e econômico para analisar o custo-benefício e viabilidade financeira da política.
- [Relatório de Política Educacional Implementação de reformas do Ensino Médio: Experiências internacionais e aprendizados para o Brasil](#)
 - O relatório apresenta uma análise da implementação das reformas no Chile, Portugal e na Província de Ontário (Canadá), traçando recomendações para a implementação de reformas no ensino médio que devem ser levadas em consideração no momento do desenho da mesma.
 - As **principais recomendações** são: colocar o estudante no centro do processo educativo; implementar a reforma de forma gradual e adaptativa; sensibilizar, valorizar e formar profissionais continuamente; disseminar soluções locais e trocas entre redes e escolas; investir em logística, infraestrutura e recursos humanos; cuidar da inclusão e da equidade.

IMPORTANTE: a universalização da educação básica apresenta como condição necessária a oferta de vagas para todas as crianças e adolescentes, em escolas que forneçam condições dignas e básicas para um processo pleno de ensino e aprendizagem. Mas isso está longe de ser suficiente. Além de alimentação e transporte para os estudantes, as desigualdades históricas sócio-econômicas presentes no nosso país demandam apoios e tratamento diferenciados para estudantes com perfis diferentes. É urgente e necessário proporcionar todas as condições e endereçar as variáveis que impactam na permanência e no desenvolvimento pleno de todos estudantes, independente da sua origem, raça e endereço. Este aspecto deve ser endereçado explicitamente e especificamente, por ser estrutural na garantia do direito à educação prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

SEMINÁRIO PNE METAS 5, 6, 7 E 8: "ALFABETIZAÇÃO, EDUCAÇÃO INTEGRAL, QUALIDADE E O NOVO PNE"

Contribuição D³e:

- [Relatório de Política Educacional Escola de Tempo Integral](#)
 - Analisa alguns programas de educação em tempo integral para identificar suas características, o que deu certo e o que não deu certo: Programa “Educação Integral” de Pernambuco; Turno Único no Rio de Janeiro; ETI São Paulo; Mais Educação; ETI Chile e ETI Uruguai.
 - A partir dessa análise, aponta como características dos programas de sucesso a elaboração de reformas curriculares, modificando os componentes do currículo; **adaptação do currículo para as necessidades locais da escola**; dedicação integral dos professores; formação adequada da equipe; motivação dos alunos; atenção ao número de alunos por turma.
- [Nota Técnica Educação Integral em Tempo Integral: caminhos e desafios](#)
 - Traça um breve histórico das experiências de implantação da educação integral no Brasil, programas e leis referentes, desde a década de 80 até o momento atual com o lançamento do Programa Escola em Tempo Integral (Lei 14.640/2023), apresentando um panorama de matrículas na educação básica nas diferentes regiões brasileiras e as formas de financiamento.
 - A partir dessa análise, aponta algumas recomendações para a efetividade da política de escolas integrais em tempo integral, tais como **envolver a comunidade escolar de forma ativa, considerar o aumento da demanda para alimentação escolar e assegurar mecanismos de financiamento adequado**.

IMPORTANTE: o conceito de qualidade precisa ser discutido, qualificado e aprofundado. Para que nosso projeto de país promova a educação que queremos, e ao encontro do que a Constituição nos orienta, entendemos que a educação pública deve ter como premissas a pluralidade, diversidade, aplicabilidade e complexidade dos conhecimentos e das competências desenvolvidas no processo educativo. Educação pública só tem qualidade se garantir acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes em idade escolar no tempo ideal.

Uma educação pública de qualidade, portanto, visa capacitar os estudantes para o desenvolvimento e a aquisição de habilidades, conhecimentos e valores necessários para se tornarem cidadãos responsáveis, críticos e participativos em uma sociedade democrática e em constante mudança. Uma educação pública de qualidade refere-se a um sistema educacional mantido pelo governo e acessível a todos os cidadãos, que

oferece um alto padrão de ensino e aprendizagem. Alguns pressupostos imprescindíveis: acesso universal, currículo abrangente e relevante, infraestrutura adequada, corpo docente qualificado, metodologias de ensino eficazes, avaliação justa e significativa, apoio aos estudantes com deficiências ou necessidades específicas, envolvimento da comunidade.

Também faz parte do componente da qualidade a promoção da equidade. Sob a perspectiva da equidade, é necessário levar em consideração as diferentes características e contextos de grupos e indivíduos específicos, bem como disponibilizar recursos e utilizar estratégias adequadas para assegurar os direitos de cada um. Neste sentido, a busca pela equidade pode implicar na distribuição proporcional de recursos a favor de indivíduos e/ou grupos em situação de vulnerabilidade relacionada a fatores demográficos, econômicos e sociais diversos, para que tenham acesso às mesmas oportunidades garantidas para grupos historicamente privilegiados e possam alcançar “o máximo desenvolvimento possível de suas capacidades individuais e sociais, intelectuais, culturais e emocionais” (EUROPEAN COMMISSION, EACEA, EURYDICE, 2020).

Na educação, a promoção da justiça social exige ações intencionais e declaradas para a remoção dos obstáculos ao alcance do potencial educacional que cada criança e adolescente apresenta. A inclusão se verifica quando os indivíduos adquirem as competências essenciais para o seu pleno desenvolvimento.

SEMINÁRIO PNE METAS 9, 10, 11 E 12: "EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, EJA, ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E O NOVO PNE"

Contribuição D³e:

- [Nota Técnica Educação profissional no Brasil contemporâneo: ampliação do acesso e valorização](#)
 - Há questões ainda indefinidas relacionadas à carga horária da modalidade, por conta da reformulação do novo ensino médio. Evidências mostram que a modalidade EPT promove a empregabilidade e que os estudantes egressos têm maiores chances de alcançarem o ensino superior, porém, o acesso a ela ainda é restrito e não há docentes qualificados para atender à crescente demanda.
 - É fundamental estabelecer ações de **priorização de estratégias para promoção do acesso à EPT** e estimular o **investimento na capacitação de professores**.

SEMINÁRIO PNE METAS 13, 14, 15 E 16: "FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO E O NOVO PNE"

Contribuição D³e:

- [Relatório de Política Educacional Volume de trabalho dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental: uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França e Japão](#)
 - O relatório analisa as formas de contratação e a definição das atribuições dos docentes nos Estados Unidos, França e Japão, e como esses fatores afetam o volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental, comparando-os à realidade brasileira - que apresenta um volume significativamente maior do que nos outros países analisados.
 - A partir dessa análise, o estudo recomenda, para reduzir o volume de trabalho dos professores nos anos finais do ensino fundamental no Brasil: reservar um tempo adequado na jornada de trabalho docente para atividades pedagógicas fora da sala de aula; oferecer condições para que esse tempo seja gasto na escola; garantir que o docente trabalhe em uma única escola; contratar professores com a exigência de dedicação exclusiva; oferecer uma jornada de trabalho integral com uma remuneração que se aproxime da média local para ocupações com o mesmo nível de formação.
- [Relatório de Política Educacional Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental: estudos de caso em redes estaduais e municipais brasileiras](#)
 - O excesso de volume de trabalho dos professores **pode levar ao adoecimento dos docentes**, absenteísmo e necessidade de substituição dos profissionais, além de impactar negativamente na aprendizagem dos estudantes. O presente relatório faz dez estudos de caso em redes estaduais e municipais brasileiras para identificar quais os fatores que explicam o número total de alunos por professor nas redes.
 - No Brasil, a média de alunos por professor pode variar de 11 a 525. A partir dos estudos de caso, o relatório propõe recomendações para que os professores atuem com cerca de 210 alunos (7 turmas de 30). São elas: adotar jornada de trabalho integral como padrão; limitar carga horária na rede a 40 horas semanais; reservar um terço da jornada para trabalho extraclasse; pagar remuneração atrativa; concentrar a atuação em apenas uma escola; reorganizar as matrizes curriculares; garantir turmas com no máximo 30 alunos nos anos finais do fundamental.

- [Síntese de Evidências Bônus para professores: O que aprendemos sobre políticas de bonificação de professores nos últimos anos?](#)
 - O estudo faz um levantamento da literatura sobre políticas de bonificação de professores em países desenvolvidos, países em desenvolvimento, América Latina e Brasil.
 - A partir das evidências encontradas, a conclusão do estudo é que os resultados dessa política são incertos, e que os desenhos das políticas de bonificação podem levar a resultados muito distintos. Dessa forma, o estudo traça algumas recomendações para aumentar a chance de efetividade das políticas de bonificação no Brasil: estruturação de um sistema de bonificação com base nos resultados individuais do professor; comunicação clara e regras estáveis; calibrar a generosidade do sistema; calibrar os valores da bonificação; uso de mais medidas de resultado além dos resultados de linguagem e matemática em um instante do tempo, e cuidado com programas em larga escala e com o médio/longo prazo.

SEMINÁRIO PNE METAS 17, 18, 19 E 20: "VALORIZAÇÃO, FINANCIAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O NOVO PNE"

Contribuição D³e:

- [Relatório de Política Educacional Seleção e formação de diretores: mapeamento de práticas em estados e capitais brasileiros](#)
 - A enorme variedade e heterogeneidade de práticas nos processos de seleção e formação de diretores promovem diferenças importantes nas práticas de gestão democrática nas escolas. Além de mapear como está a realidade das redes estaduais e das capitais brasileiras, este relatório sinaliza para a importância de se avançar na definição das responsabilidades no regime de colaboração da União, dos estados e dos municípios no que se refere à gestão escolar, no âmbito do Sistema Nacional de Educação.
 - Também recomenda a criação de um marco nacional para a gestão escolar, estabelecendo fluxo constante de colaboração entre a União, os estados e os municípios, além de trocas entre as redes de secretários.
 - Para a seleção dos diretores é recomendado adotar critérios técnicos combinados a processos democráticos, com a realização de processos seletivos mistos, que combinam mais de uma etapa de seleção.

- Garantir oportunidades de formação e desenvolvimento aos professores que desejam se tornar diretores ou àqueles que já estão atuando na gestão.
- [Desenvolvimento profissional de diretores escolares: Análise das Experiências da África do Sul e do Canadá \(Ontário\)](#)
 - O relatório analisa as políticas de formação de diretores escolares na África do Sul e província de Ontário (Canadá) a partir de três frentes: formação inicial / pré-serviço; indução; formação continuada/ em serviço.
 - A partir dessa análise, o relatório traça como recomendações para políticas de formação de diretores escolares no Brasil: implantar uma política de desenvolvimento contínua, com formação inicial, indução e continuada; exigir pós-graduação para ocupar o cargo; definir uma matriz de competências do diretor escolar; definir o responsável pelo desenho do currículo das formações; realizar formações que unem teoria e prática; ter a equidade como pilar; estabelecer recursos e investimentos necessários; definir a responsabilidade pela oferta das formações; avaliar os programas de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente momento, o D³e apresenta materiais que possam contribuir significativamente com os seminários da FPME para o novo PNE. É importante ressaltar, contudo, que foram identificadas importantes lacunas temáticas em relação aos seminários propostos, havendo espaço para aprimoramento e complementaridade dos temas já abordados: a discussão sobre **equidade**, com a redução das desigualdades históricas e sociais do nosso sistema educacional; o debate sobre o **uso de tecnologias na educação**, cada vez mais frequente; **impactos da pandemia no sistema educacional brasileiro**, com consequências duradouras e heterogêneas que precisam ser urgentemente e efetivamente endereçadas pelas redes.

Em relação a esses aspectos não abordados explicitamente, o D³e apresenta as seguintes contribuições:

Contribuição D³e: Equidade

- [Nota Técnica Ensino médio e relações étnico-raciais](#)
 - Para romper com as dinâmicas excludentes na educação, o documento enfatiza que é preciso oferecer uma formação básica que incorpore a **ampliação da noção de humanidade** restringida pelo colonialismo, racismo e conhecimento hierárquico que eles geraram. O material apresenta ainda algumas recomendações para gestores públicos, como a necessidade de se **investir em infraestrutura** física e tecnológica, **formação de professores**, **revisão curricular** e políticas de garantia de **permanência** e do aprendizado.
 - O documento adiciona mais uma camada de complexidade acerca do debate sobre o ensino médio brasileiro. O intuito é contribuir para uma compreensão mais ampla sobre a questão apresentando uma perspectiva histórica e social solidamente fundamentada.
- [Nota Científica Mapeamento de estudos nacionais sobre desigualdades educacionais](#)
 - A melhoria na qualidade da educação pública passa necessariamente pela promoção da equidade, ou seja, a educação de todos os estudantes deve ser considerada como de igual importância. E isso **exige ações e políticas que removam os obstáculos** para que cada um alcance o seu potencial educacional.
 - Ao mapear e analisar os principais estudos brasileiros sobre desigualdades educacionais, esta Nota Científica permitiu identificar quais são as áreas menos compreendidas e que necessitam de maior desenvolvimento de pesquisa para melhor orientar pesquisadores e gestores de redes e escolas na identificação e implementação de soluções para assegurar mais qualidade e equidade na educação pública brasileira.

- [Síntese de Evidências “Educação antirracista na América Latina e o que a experiência brasileira nos ensina”](#) traça um **panorama das políticas educacionais antirracistas implementadas na região** ao longo de duas décadas após a Conferência de Durban. Entre os principais achados do estudo, estão:
 - O Brasil se destaca pelo estabelecimento de políticas contra a discriminação racial e em prol da equidade, o que ainda é recente em outros países do continente. **Somos pioneiros em ações afirmativas no campo educacional.**
 - Ainda persistem obstáculos e o material traça recomendações para o fortalecimento da educação antirracista, bem como a efetiva implementação das leis 10.639 e 11.645, como a **inserção efetiva do debate racial na formação inicial docente** e a **oferta regular de formação continuada para a comunidade escolar.**

Contribuição D³e: Uso de tecnologias e regulamentação do Ensino à Distância (EaD)

- [Relatório de Política Educacional Tecnologias para uma Educação com Equidade: Novo Horizonte para o Brasil](#)
 - O relatório analisa quatro fatores para a implementação de uma política educacional de tecnologias: (i) recursos e infraestrutura; (ii) pessoas: profissionais e formação; (iii) segurança de dados; (iv) estratégia nacional.
 - A partir dessa análise são propostas como recomendações a **garantia de insumos tecnológicos pelo Estado**, como acesso à internet, computadores e laboratórios, enquanto recursos básicos para a prática pedagógica na atualidade.
 - O Brasil tem algumas iniciativas nacionais e locais de tecnologia na educação, como o Programa de Inovação Educação Conectada (Piec), lançado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2017. Com base na análise comparativa internacional e nas boas práticas brasileiras em estratégias de desenvolvimento tecnológico, o Relatório mostra a importância de se **estabelecer um plano nacional robusto e participativo** na área.
- [Relatório de Política Educacional Aprendizagem Híbrida?: Orientações para regulamentação e adoção com qualidade, equidade e inclusão](#)
 - No contexto da pandemia, com a implementação emergencial da aprendizagem híbrida, o relatório busca levantar evidências sobre os usos dessa estratégia, no Brasil e em outros países, traçando recomendações em seis campos: contextos e condições para uso; infraestrutura e recursos; proteção de dados e privacidade; formação docente; e integração com políticas nacionais.

- A partir dessa análise, foi montado um quadro com recomendações para o uso da aprendizagem híbrida divididas em três situações: (i) **uso emergencial**, quando não for possível ir à escola presencialmente; (ii) **recomposição da aprendizagem**, utilizada após emergências ou em outras situações de necessidade de recomposição de aprendizagens; e (iii) **ampliação da oferta pedagógica**, utilizada em momentos de estabilidade sempre que possível.

Contribuição D³e: Impactos da pandemia na educação brasileira

- [Nota Técnica Impactos da pandemia na educação brasileira](#)
 - Tendo em vista o enorme impacto gerado pela pandemia do COVID-19 em todo o sistema educacional, a literatura internacional e nacional apontam para consequências duradouras e heterogêneas que precisam ser intencional e explicitamente endereçadas pelas redes.

Principais evidências disponíveis

A. Houve significativa perda de aprendizado durante a pandemia? Sim.

A interrupção das atividades presenciais nas escolas durante a pandemia impactou negativamente o aprendizado dos estudantes no mundo inteiro e, de forma ainda mais acentuada, em países em desenvolvimento. No Brasil, estudos identificaram perdas médias estimadas entre 4 a 10 meses de aprendizagem, sendo maior em matemática e entre crianças mais novas.

B. As desigualdades de aprendizado existentes antes da pandemia foram acentuadas? Sim.

Os alunos de nível socioeconômico mais baixo apresentaram perdas de aprendizagem mais acentuadas. No Brasil, estudos identificaram que esses estudantes aprenderam a metade do que os seus pares não vulneráveis em 2020.

C. Houve aumento do abandono escolar com a pandemia? Sim.

O abandono escolar aumentou durante a pandemia, em especial entre estudantes em situação de vulnerabilidade social, adolescentes e meninas.

D. Houve impacto no bem-estar e na saúde mental dos estudantes e profissionais da educação? Sim.

A pandemia e o fechamento das escolas foram seguidos por aumento da ansiedade e de depressão entre crianças e adolescentes.

Recomendações

Relatórios realizados fora do Brasil já indicam que é possível recuperar a perda de aprendizado decorrente da pandemia de Covid-19, condicionando a **elaboração de um plano**

estruturado e intencional de recuperação de aprendizagem, aportes adicionais de recursos e foco na priorização de programas com boas evidências de sua eficácia.

No entanto, as perdas de aprendizagem, sem políticas de recuperação, não desaparecem automaticamente ao longo do tempo. O MEC precisa assumir um papel de protagonismo na elaboração e na implementação de um plano nacional de recuperação, com aportes adicionais de recursos para guiar e apoiar as ações de gestores públicos estaduais e municipais da área de educação. Diante das evidências apresentadas, recomendamos:

- a. Priorização de estratégias e programas de recuperação de aprendizagem com evidências sobre sua eficácia;
- b. Foco em crianças mais novas, em fase de alfabetização, e mais vulneráveis;
- c. Estruturação de bons programas de busca ativa e de permanência nas escolas;
- d. Elaboração e visibilização de programas de acolhimento e de promoção da saúde mental de alunos e profissionais da educação;
- e. Realização de mais diagnósticos sobre os efeitos da pandemia nas desigualdades de aprendizagem e as taxas de abandono e evasão escolar;
- f. Monitoramento do impacto dos programas que visam mitigar os efeitos da pandemia.